



SANTOS, Vivian Matias dos. **Mulheres e Homens na Política de Ciência e Tecnologia**. Fortaleza: EdUECE; EDMTA, 2012

RESENHA

Luiz Carlos Souza

No livro *Mulheres e Homens na Política de Ciências e Tecnologia*, a pesquisadora Vivian Matias dos Santos elege a Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (FUNCAP) como estudo de caso, no sentido de contribuir para a fortuna teórica dos estudos feministas no que tange à perspectiva de se desfazer uma das ilusões mais persistentes no imaginário ocidental: o pensamento teleológico de que, com o tempo, as desigualdades de gênero se desfazem como que naturalmente e a sociedade, inexoravelmente, *evolui* em direção a uma igualdade entre homens e mulheres. Após uma exaustiva análise dos arquivos da instituição, a pesquisadora apurou a persistência de uma perversa divisão sexual das áreas de conhecimento que tende a reproduzir as relações de gênero e poder constituintes das sociedades ocidentais.

A pesquisadora observa, num primeiro momento, uma ilusória vantagem para as mulheres, no que se refere ao total de bolsas concedidas, no período de 1994 a 2004, série histórica levada em consideração para a composição do levantamento. Porém, ao analisar a distribuição de bolsas a partir do critério de gênero, é possível apreender que a divisão dos espaços atribuídos a homens e mulheres ainda são sobrecarregados pela perspectiva binária e hierarquizante pela qual se pauta o conhecimento no meio acadêmico. O livro foi lançado em 2012, pela EdMeta Editora, em parceria com a Editora da Universidade Estadual da Ceará (UECE) e faz parte da *Série Informativos do Observem/Mulheres e Poder*. A pesquisadora Vivian Matias dos Santos é

professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tendo título de doutora em Sociologia, pela UECE (2012). O livro é resultado da sua Tese de Doutorado.

Apesar de colocar em relevo as ações da FUNCAP, a pesquisadora propõe um amplo foco de discussões, pois investiga como as desigualdades de gênero são arraigadas no âmbito da produção do conhecimento, tido, de maneira frequente, como isento das relações de poder pelas quais a sociedade se constitui. Portanto, a questão observada não seria exclusiva da FUNCAP, mas determinante em relação à sociedade como um todo.

Vivian Matias dos Santos elegeu para a construção da sua obra cinco objetivos estratégicos: primeiro, propõe-se a uma investigação acerca de como as relações sociais hierarquizadas entre os gêneros determinam a participação das pessoas nas esferas decisórias da Política de Ciência & Tecnologia Nacional; em segundo lugar, ela apura como estas relações de poder se materializam nas políticas públicas de financiamento à pesquisa acadêmica no Estado do Ceará; feito isto, a pesquisadora mensura, a partir da análise dos arquivos da FUNCAP, como as bolsas para os alunos de pós-graduação foram distribuídas por área de conhecimento e por sexo; realizado este procedimento, ela se detém na apuração dos volumes de recursos aos projetos de pesquisa desenvolvidos por homens e mulheres; por último, se propõe a investigar a existência de espaços

feminizados e masculinizados nas áreas acadêmicas fomentadas pelas ações da FUNCAP.

A partir destes pressupostos, a pesquisadora empreende um estudo que tem por base uma extensa pesquisa bibliográfica na qual são articulados operadores conceituais como gênero, poder, além de política de ciência e tecnologia. A principal dificuldade encontrada na elaboração do estudo foi a inexistência de dados estatísticos acerca da questão, na instituição em análise no seu estudo, pondera a pesquisadora. Com isto, houve a necessidade de apuração de dados a partir dos relatórios anuais publicados pela FUNCAP bem como por meio de informações coletadas no banco de dados da Divisão de Informática da Fundação. A pesquisadora relata, em breves palavras, algumas das dificuldades pelas quais passou para elaborar o estudo:

a pesquisa que efetivei [...] traduziu-se num grande esforço, visto que as informações das quais necessitava estavam dispostas em extensas listagens de bolsistas, pesquisadores e pesquisadoras ainda não quantificados por cursos ou áreas de conhecimento (SANTOS, 2012, p. 23).

Além de construir dados estatísticos na FUNCAP, a pesquisadora ainda afirma ter feito o mesmo procedimento em outras instituições, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT). Os dados das instituições nacionais foram elaborados no sentido de se mapear a participação de homens e mulheres nos cargos relevantes para a definição das políticas de C&T no país, com o fim de se perceber que mesmo as instâncias de decisão e deliberação não estão isentas das práticas binárias hierarquizantes de gênero que se incrustam no tecido social.

No intuito de apurar e mensurar a influência das relações de gênero no âmbito das políticas de fomento da FUNCAP, a pesquisadora divide seu trabalho em três capítulos, sendo o primeiro “Mulheres e homens na construção da ciência: um campo de conflito entre visões de mundo diferenciadas e (des)contínuas?” no qual busca perceber como se desdobram os processos de participação das pessoas no campo científico, tendo como parâmetro de análise o fator gênero. Neste sentido, Vivian Matias dos Santos procede a uma extensa análise das tradições intelectuais hegemônicas, observando que, concomitante a uma série de mudanças de paradigma, houve, contudo, um viés sexista, que operava com a

perspectiva de determinar o poder e a prerrogativa de homens e mulheres a partir de uma hierarquização entre as pessoas mediante o aspecto de gênero – mecanismo perverso que se manteve ao longo da história da produção do conhecimento acadêmico ocidental, ainda que assumindo novas formas.

A pesquisadora aponta que, de maneira muito comum, o conhecimento científico ainda é visto como neutro e independente em relação às mazelas da sociedade. Este pressuposto comparece no senso comum, mas, também tem grande peso no imaginário acadêmico. Como procedimento inicial para dar conta destas questões, ela levanta perguntas como *o que é o conhecimento científico e como é construído*. A modernidade capitalista se instaura com a perspectiva de que, a partir do pensamento, e, sobretudo, a partir da linguagem, seria possível alcançar uma verdade essencial ao mundo.

Melhor dizendo, no Ocidente, a instrumentalidade da ciência e da tecnologia para o modo de produção capitalista foi se firmando ao mesmo tempo em que foi se estabelecendo uma ordem interna balizada numa linguagem culturalmente masculina (SANTOS, 2012, p. 30).

A pesquisadora alia a questão de uma linguagem e relações de poder androcêntricas a um fazer científico que se constitui a partir de uma visão teleológica da produção do conhecimento na qual os *progressos* se sucedem em linearidade, compreendendo um gradativo acúmulo de descobertas por *sábios cientistas* comprometidos com o bem-estar da sociedade. Em vez disto, ela, em linha com as principais correntes da filosofia franco-germânica do século XX, investiga as relações de poder pelas quais se pauta o conhecimento científico, dando relevo, em primeiro plano, às relações de gênero.

O paradigma dominante na Ciência Moderna tende a construir, de forma hierarquizada, os âmbitos do racional e do irracional. Portanto, num nível hierárquico superior, estaria o conhecimento científico, em detrimento do senso comum e das chamadas humanidades nas quais se incluem os estudos filosóficos e teológicos. Esta *segunda categoria* no âmbito do conhecimento seria potencialmente perturbadora e intrusa, correlata, portanto, aos processos de subordinação infligidos aos sujeitos mulheres. A questão se verifica na apuração dos resultados finais da pesquisa, em que comparece uma preponderância dos sujeitos homens no universo total de concessão das bolsas da

FUNCAP, nas ciências exatas, ao passo que as mulheres lideram no volume de bolsas de Mestrado e Doutorado concedidas pela instituição, na área de humanidades. Com isto, a Ciência, bem como a produção de C&T, se traduz num campo permeado por tensões, pela colisão de forças e lutas determinadas em função de interesses contraditórios.

Mas, o que mais me instiga a tentar compreender estas relações é, acima de tudo, ter percebido que, embora os mais diferentes e até antagônicos paradigmas tenham encabeçado mudanças fulcrais no campo científico, existe algo que permanece, se reproduz e se reatualiza nas mais variadas comunidades científicas: o viés sexista que de distintas maneiras – descaradas ou sutis – constrói a Ciência como um espaço de cultura masculina no qual a inserção e a permanência das mulheres tem se dado, até nossos dias, de forma marginalizada. (SANTOS, 2012, p. 35)

Vivian Matias dos Santos pondera que uma série de narrativas determinou o lugar de subalternidade conferido às mulheres nas culturas ocidentais, algo que se verifica na sua análise a respeito das condições de emergência da filosofia na Grécia, mas, também, determinado em função do discurso religioso. Nestas tradições as mulheres sempre foram vistas com desconfiança, consideradas carentes de razão e débeis de corpo e inteligência.

Ainda assim, a pesquisadora apurou que, apesar de todas as restrições proporcionadas por conta da hegemonia dos homens na produção do conhecimento científico, as mulheres, superando uma série de adversidades, conseguiram produzir saberes na área. Observa, ainda, que às mulheres foi tradicionalmente reservado o espaço doméstico, logo, a marginalização delas no meio científico é correlata à sua segregação da esfera pública. A consequência fundamental deste distanciamento da *polis*, a esfera de decisão, é a recorrente dedicação das mulheres à esfera doméstica, o que gera um padrão de valorização do trabalho assalariado, enquanto o trabalho realizado por uma dona de casa é restrito ao lar, julgado inferior, por, supostamente, não produzir valor.

A pesquisadora procede a uma rigorosa análise da cultura ocidental, em especial em relação às bases do pensamento ocidental forjadas na Grécia. Ela considera que, o discurso ontológico aristotélico – “ontológico” aqui referido como “o estudo filosófico dos entes, à investigação dos conceitos que nos permitem conhecer e determinar pelo pensamento em que consistem as modalidades ônticas” (SANTOS, 2012, p. 48) – é

marcado por dualidades hierarquizantes, responsáveis pela opressão das mulheres e outros grupos subalternizados, como as pessoas negras, asiáticas e os LGBTTT. Para reforçar seu argumento, Vivian Matias dos Santos cita Nietzsche, um feroz crítico da modernidade capitalista, para dar a dimensão de como o cristianismo termina por se infiltrar no pensamento ocidental, que se acredita tão objetivo e racional, mas terminou por reproduzir algumas crenças da religião, sobretudo em relação aos aspectos evolutivos os quais ainda pautam as ciências modernas.

A ciência comparece, então, como discurso legitimador da hegemonia do homem branco ocidental, visto como ponto máximo da criação, seguindo, portanto, os pressupostos religiosos. A pesquisadora, assim, empreende uma leitura crítica em relação ao legado nietzschiano e consegue reconfigurar seu pensamento no sentido de prover-se deste como instrumental teórico para questionar os processos de subalternização das mulheres.

O aspecto da individualidade (como crença no sujeito constituinte idêntico a si mesmo), fundador da Modernidade, se torna, com isso, um privilégio dos homens brancos, que transitam nos espaços hegemônicos de poder. Em sentido oposto, não foi reconhecida a individualidade das mulheres, tendo sido classificada a partir do que é genericamente feminino. Os sujeitos mulheres, assim, seriam determinados pelo pensamento hegemônico como, acima de tudo, amáveis, intuitivas, mães, esposas, dentre outros aspectos que as aprisionam num conceito de *outro* do homem.

Considerando estes aspectos, a pesquisadora prossegue seu trabalho, agora com a perspectiva de proceder a uma tentativa de observar a participação das mulheres nas esferas de decisão das políticas de C&T, a fim de apurar como a distribuição desigual de poder se repete no âmbito dos cargos hierarquicamente elevados nas esferas decisivas das políticas públicas para o setor. Vivian Matias dos Santos observa, como pressuposto de análise, que as relações estabelecidas entre os órgãos de governo e os não governamentais interferem no processo de estruturação do campo científico. Ela detecta, num primeiro momento, um conflito entre correntes ideológicas que defendem uma produção científica e tecnológica em sintonia com a lógica do mercado e as correntes defensoras da predominância da ética pública

neste âmbito. A análise das linhas de força que determinam as políticas de C&T se torna essencial para a compreensão da questão, dado que ambos os grupos de correntes tendem, em menor ou maior grau, a reproduzir as estratégias de construção de sujeitos vinculadas ao imaginário social androcêntrico.

Os anos 90 são de fundamental importância para a reflexão acerca do tema, dado que, no período, a inovação tecnológica passou a ocupar lugar privilegiado nas estratégias para o desenvolvimento econômico, diretriz que provoca uma maior aproximação com as perspectivas e pressupostos de ação vinculados às relações de mercado no âmbito do capitalismo. Há, portanto, na gestão da política de C&T, a partir dos anos 90, um pensamento evolucionista, ávido pelo *progresso* e *desenvolvimento*, palavras-chave para que se possa entender a implantação dos ideais da modernidade na América Latina.

Desta maneira, prioridades são eleitas, investimentos são efetivados, com vistas a construir uma nova sociedade, capaz de produzir, desenvolver e utilizar produtos inovadores (SANTOS, 2012, p. 98).

O acento na competitividade e na busca pela inovação provocou uma reestruturação dos âmbitos decisivos das políticas de C&T. Com isto, a Confederação Nacional de Ciência e Tecnologia (CNTC) passou a ser denominada Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCT&I). Neste sentido, tratar de C&T significa, necessariamente, referir-se a inovação, com vistas à competitividade numa economia globalizada. A pesquisadora, porém, questiona o aspecto de que, de maneira frequente, atender às demandas mais urgentes da população não é interessante para a lógica do mercado. Então, referindo-se à problemática das disparidades econômicas, sociais e políticas no país, ela aponta alguns questionamentos: Qual desenvolvimento é priorizado pelas políticas de incentivo à produção de ciência e tecnologia? Até que ponto o desenvolvimento científico e tecnológico viabiliza uma maior igualdade social? O conhecimento e inovações produzidas no país são acessíveis a toda a população? As pesquisas realizadas visam atender às necessidades mais urgentes do cenário brasileiro atual? Há uma priorização e valorização daquilo que é local ou estas pesquisas são desenvolvidas visando, prioritariamente, a competitividade no mercado externo?

As questões levantadas pela pesquisadora apontam para uma suspeita que coloca em cheque as políticas de C&T no sentido de se questionar a efetividade destas iniciativas para que haja ações propositivas em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. O discurso empresarial, em contrapartida, afirma a necessidade de uma educação científica e tecnológica, que visaria melhores condições para produzir trabalhadores e trabalhadoras sintonizado(a)s com as demandas do mercado de trabalho. O risco desta avidez no sentido de se proporcionar uma competitividade agressiva com vistas a um mercado global é que se perpetuem mecanismos de exclusão no âmbito da Ciência, Tecnologia e Informação (CT&I), comprometendo esta mesma competitividade, tendo em vista que talentos podem ser desperdiçados e novas perspectivas de análise perdidas em função das demandas e configurações de poder num universo simbólico branco e androcêntrico.

A sociedade se torna, neste contexto, voltada para a produção de informação e conhecimento. Os trabalhadores e trabalhadoras devem, assim, ser capazes de atuar num mundo novo e incerto. São-lhes requeridas novas habilidades para trabalhar num ambiente não plenamente controlável, exposto a uma série de variações decorrentes de um processo que provoca as economias internacionais a se integrarem de modo cada vez mais acelerado, em paralelo, criando, simultaneamente, oportunidades de negócios e abrindo flancos para a “importação” de crises. As pessoas se tornam submetidas a intenso *stress*, pois lhes é exigida crescente capacidade de processar informação.

A estrutura administrativa da FUNCAP, instituição que se consolidou como objeto de estudo, é detalhada no terceiro capítulo. A Fundação conta com uma estrutura organizacional instituída pelo Decreto nº 23.409, de 20 de setembro de 1994. Porém, de acordo com a pesquisa documental realizada no período de uma década (1994 a 2004), a participação da primeira mulher no Conselho de Administração da instituição se deu apenas em 1997. No final de um período inicial de cinco anos, a proporção de mulheres nos quadros mais elevados da administração da Fundação era de 8,33% (5 mulheres), em contraposição a 91,67% de homens (55). Nos anos seguintes, verifica-se uma acentuada queda na participação de mulheres nos quadros dirigentes da FUNCAP, culminando, em 2003 e 2004, período no

qual não havia sequer uma mulher no Conselho de Administração.

A partir da análise da composição dos quadros diretivos da instituição, fica patente que nem mesmo a composição da cúpula da FUNCAP fica isenta em relação à clivagem do poder pela categoria gênero, determinante da composição dos quadros definidores da política de CT&I. Algo similar se repete na configuração das instituições nacionais dedicadas à definição de políticas no setor. Para dar conta da questão, no âmbito da agência de fomento cearense, a pesquisadora adotou a seguinte divisão de áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra (CET); Ciências da Saúde e Biológicas (CSB); Engenharias e Ciências da Computação (ECC); Ciências Agrárias e Animal (CAA); e Ciências Humanas e Sociais (CHS).

Vivian Matias dos Santos observa que a maneira desigual pela qual se dá a inserção de mulheres e homens na política de CT&I incide no âmbito do fomento à produção científica e tecnológica da instituição. Neste sentido, ela optou por delimitar seu objeto de estudo por meio de dois recortes: as Bolsas de Formação Acadêmica – Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado; e as pesquisas financiadas – Pesquisa e Desenvolvimento. Deste modo:

[procura] saber como se dá a distribuição de recursos por sexo e área de conhecimento, na concessão de bolsas de formação e no financiamento de pesquisas [...] visto que se trata de recursos destinados às universidades em sua maioria absoluta (SANTOS, 2012, p. 148).

Na avaliação da estudiosa, a história da participação das mulheres no âmbito científico é regida por processos dialéticos de avanços e recuos. As conquistas educacionais das mulheres nos últimos anos vêm fazendo com que a proporção delas dentre as beneficiadas pelas políticas de CT&I tenha avançado de maneira significativa, porém, isto não significa uma igualdade já alcançada. Na FUNCAP, considerando a série histórica de 1994 a 2004, as mulheres

representavam a maioria dentre os bolsistas de Iniciação Científica, com 59,4%. No ano de 2004, a tendência de uma maioria composta por mulheres dentre os beneficiados pelas políticas de fomento da instituição prossegue. “Isso deve ser entendido como um reflexo da atual realidade do Ensino Superior brasileiro, que já conta com uma maioria de matrículas femininas” (SANTOS, 2012, p. 150).

No que tange à concessão de bolsas de Mestrado, o aparente protagonismo das mulheres se repete, pois o universo de beneficiários da concessão de bolsas é composto, em média, por 54,8% por mulheres, na série histórica de dez anos. A concessão das bolsas de Doutorado segue o mesmo caminho, com a maioria do universo de contemplados formada por mulheres. Em 2000, as mulheres atingem 66,94% dos bolsistas. O único ano no qual a participação delas é menor do que a masculina, em termos quantitativos, foi em 1998, quando foram registradas 47,17% de doutorandas bolsistas pela FUNCAP.

Referimo-nos, anteriormente, como *aparente* a vantagem das mulheres no que tange à concessão das bolsas, pois as informações citadas contemplam apenas o volume de beneficiários apurados a partir da série histórica. Porém, quando se apura a divisão dentre as áreas do conhecimento, percebe-se uma divisão sexual do universo de beneficiados, considerando que a composição dos cursos ainda obedece aos estereótipos de gênero, pois a presença de mulheres é mais forte nas CHS e CSB, enquanto, nas ECC, há uma evidente maior proporção de homens no universo de bolsistas patrocinados pela FUNCAP. A partir da análise dos dados é possível se entrever que há uma ilusória vantagem para as mulheres nas políticas de concessão de bolsas da instituição.

Pois quando percebemos esta distribuição analisando mais detalhadamente por meio de cursos e áreas de conhecimento, pode-se apreender que a divisão dos espaços atribuídos a homens e mulheres ainda são sobrecarregados pelos estereótipos de gênero (SANTOS, 2012, p. 172).

